EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

RAFAEL SILVA MATIAS

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um distúrbio do desenvolvimento que pode vir a se manifestar nos primeiros anos de vida, geralmente, por volta dos dois ou três anos de idade, período em que a criança está começando a estabelecer relações sociais, envolvendo-se com pessoas de fora do seu convívio familiar e frequentando diferentes espaços, como nas unidades de Educação Infantil. Nesta perspectiva, a criança precisa ser compreendida e respeitada como um ser em desenvolvimento, que necessita da mediação de recursos que devem ser planejados a partir do professor, incluindo diferentes metodologias e incluindo atividades lúdicas, além de respeitar o seu tempo de aprendizagem. Como o professor consegue identificar quando o estudante não está aprendendo e se desenvolvendo? Quais as dificuldades para que o processo de inclusão aconteça? Assim, o presente trabalho se trata de natureza teórica-empírica, através de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre o tema. Pretendeu-se investigar o tema com base em pesquisas, teses, dissertações, artigos científicos, discussões de grupos de estudo interdisciplinares e transdisciplinares, entre outros materiais, tendo como objetivo principal a discussão sobre o desenvolvimento educacional do estudante com TEA, as principais dificuldades do trabalho docente, e como ocorre essa aprendizagem. Como aporte teórico temos Surian (2010), Volkmar e McPartland (2014), Matos e Mendes (2014), dentre outros autores que discutem o referido tema.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial; Docência.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a história da Educação Especial é considerada recente, pois, a discussão se tornou mais ferrenha sobre o assunto a aproximadamente 70, 80 anos. No Brasil Império, em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a partir do Decreto nº. 1.428/1854, com o escopo de acolher pessoas portadoras de deficiência visual. Trazendo essa questão para os dias atuais, exatos cem anos do Decreto surgiu a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), contemplando o atendimento de diferentes tipos de deficiência de forma humana e igualitária, crescendo a participação da sociedade, dos pais e amigos.

Considerando em especial o Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos Estados Unidos, o médico Kanner foi o primeiro a pesquisar sobre o assunto. Observando as características de um dos seus primeiros pacientes descritos em uma análise tradicional de 1938. Seu trabalho descreveu onze crianças com transtorno semelhante: oito meninos e três meninas.

O TEA se tornou objeto de hipóteses e pesquisas de psicanalistas, biólogos e geneticistas, havendo dificuldade para descobrir sua origem e progressão. Era difícil avaliar se a manifestação era ativa ou voluntária, se poderia apresentar algum tipo de deficiência biogenética cuja origem não era ainda conhecida (AMY, 2001).

Como problemática tem-se as dificuldades referentes ao ensino e ao desenvolvimento da criança com TEA na sala regular, já que nos dias atuais, são inúmeras as classificações e formas diferenciadas de trabalhar, mas que ainda deixam a desejar, interferindo de forma negativa e até mesmo significativa no desenvolvimento dessa criança em especial.

Desta forma, como objetivo geral tem-se a discussão sobre a Educação Especial e a sua importância na vida dos estudantes; e como objetivo específico, o desenvolvimento das crianças com TEA. É de suma importância a discussão do tema, uma vez que as crianças acabam tendo o mesmo tipo de educação do que as demais, sendo um dos aspectos do transtorno diferenças no processo cognitivo, trazendo a necessidade do trabalho ser adaptado e diferenciado respeitando as suas especificidades.

Por fim, para a presente pesquisa, a metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, sendo realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Sobre o Transtorno do Espectro Autista e seus desdobramentos

No início, médicos e pesquisadores perceberam que a ocorrência do TEA era maior quando presenciavam problemas afetivos junto à família. Durante muito tempo, especialistas entendiam o transtorno como um problema psicológico, porém, com o avanço da Medicina houve novas classificações e descobertas sobre o assunto.

Historicamente, a primeira vez que o vocábulo autismo foi utilizado ocorreu em 1911, a partir do pesquisador Bleuler, que entendia o TEA como uma característica da esquizofrenia. Kanner em 1943 trouxe o termo como uma definição clínica específica.

Ao longo do tempo, diversos conceitos foram aplicados aos termos relacionando a psicose e a esquizofrenia com o autismo, aplicados por Kanner e Asperger, além do Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) pela Psicologia e

do Transtorno global de desenvolvimento (TGD) pela Psiquiatria. Atualmente a área da Neurociência compreende o transtorno como uma patologia neurológica utilizando o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nela se inclui o autismo propriamente dito, a Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett (CONSENZA e GUERRA, 2011).

O TEA é compreendido como um desarranjo descrito por dificuldades de socialização e conversação que podem ser percebidas mesmo durante a infância. Pessoas com esse transtorno muitas vezes demonstram diferenças comportamentais, o que pode indicar a presença desse tipo de transtorno. A questão está relacionada a um conjunto de características, com diferentes graus de severidade e relação com outros tipos de transtornos, fazendo com que apareçam desafios diferentes (KOHANE et al., 2012).

O avanço da Medicina permitiu que novas possibilidades fossem encontradas, levando-se em consideração as interações da pessoa com o ambiente que a cerca, as pessoas e os objetos. Hoje, é definida como uma síndrome do comportamento capaz de implicar no baixo desenvolvimento psiconeurológico e motor envolvendo a cognição, a linguagem e a interação social.

Assim, o TEA passou a ter a seguinte classificação: "uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento [...], é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais [...] e é de origem biológica" (ORRÚ, 2012, p. 21).

A Classificação Internacional de Doenças, trouxe o CID-10, classificando o TEA como um Transtorno Global do Desenvolvimento que se caracteriza por desenvolvimento anormal ou alterado, passível de ser percebido antes dos três anos de idade, ocorrendo perturbações características entre as interações sociais, a comunicação e o comportamento repetitivo, acompanhado de outras manifestações como fobias, perturbações do sono e crises de agressividade (CID 10, 1997, p. 367).

No caso do Brasil, apesar da dificuldade em se ter estudos epidemiológicos que possam melhor computar os dados nacionais, uma pesquisa realizada nos últimos anos indicou que os índices de acometimento pelo TEA são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes (LEVENSON, 2015).

As possíveis razões para esse aumento podem estar relacionadas a diferentes aspectos, como por exemplo, as alterações nos critérios de diagnósticos, um maior reconhecimento por parte dos pais e da sociedade a respeito da ocorrência e das manifestações clínicas, além, do aumento de serviços voltados para o TEA (VOLKMAR e McPARTLAND, 2014).

2.2. Processo educacional voltado para os estudantes com TEA

No tocante à Educação, no Brasil até meados do século XVIII, ocorriam movimentos de exclusão, pois, as pessoas com deficiência eram retiradas do convívio social, não tinham seus direitos preservados e não eram aceitos pela sociedade.

A partir dessa situação, a implementação de legislação específica voltada para a inclusão no país, provocou transformações importantes na concepção de inclusão para a sociedade brasileira. Os investimentos do Estado sobre as Políticas

Públicas, a Educação e a participação social destas pessoas, foram estruturadas aos desejos das pessoas com deficiência e suas famílias. Nessa direção, pensando no processo educativo: "O simples fato de o aluno frequentar a escola, tendo a oportunidade de conviver com os demais colegas e professores, justificaria sua permanência em sala. Negligencia-se a construção do conhecimento em prol da socialização do sujeito" (HATTGE e KLAUS, 2014, p. 329).

É necessário lembrar que no Brasil ainda não há documentos que regulamentam a obrigatoriedade da implementação das PBE nas escolas. Nascimento et al.(2016), relata que os documentos do Ministério da Educação que tratam especificamente de estratégias educacionais para o ensino de estudantes com TEA ainda são escassos.

Para as crianças com TEA a aprendizagem não ocorre de forma igual já que há uma relação desigual entre a significação e o cérebro. As informações não são transformadas totalmente em conhecimento. O professor necessita compreender essas diferenças, já que as crianças não frequentam a escola somente para socializar, mas aprender como os demais.

Existe a necessidade de criar oportunidades para que o estudante com deficiência, em especial com TEA, desenvolva independência, autonomia e consiga se socializar plenamente.

No Brasil, infelizmente ainda temos dificuldades em promover um Atendimento Educacional Especializado (AEE), a fim de acompanhá-los e auxiliar no seu desenvolvimento.

Segundo os autores Basílio e Moreira (2014), as habilidades da criança com TEA precisam ser consideradas a partir do início

do trabalho pedagógico:

No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).

É importante nessa etapa escolar, considerar que diferentes estratégias são de suma importância para a inclusão no ambiente escolar. Desta forma, esse tipo de trabalho deve envolver todos da comunidade escolar. Porém, para muitos professores a inclusão ainda é uma realidade recente e preocupante. A presença de estudantes com deficiência tem provocado em muitos um sentimento de impotência, frustração e angústia frente às limitações encontradas sejam de sua parte ou referente aos próprios estudantes.

As especificidades apresentam diferentes características, como no caso das síndromes, aliado ao desenvolvimento de uma prática pedagógica não direcionada, dificulta o trabalho de intervenção adequado para os mesmos, resultando em insegurança por parte dos professores ao trabalharem com essas crianças (MATOS e MENDES, 2014).

Desta forma: "A criança autista apresenta uma aderência inflexível a rotina ou rituais reagindo com intensa ansiedade a mudanças imprevistas no ambiente" (SURIAM, 2010, s/p.); assim cabe ao professor utilizar metodologias diferenciadas a fim de amenizar todo o estresse causado pela rotina escolar. Compreender e detectar o modo peculiar como a criança com TEA se situa no mundo permitindo ao professor desenvolver sua prática auxiliando o desenvolvimento infantil em consonância com os objetivos dessa fase.

A inclusão deve ocorrer de forma plena, sendo necessário também que as famílias recebam apoio, para se sentirem capacitadas a fim de ajudar seus filhos, dando-lhes maiores oportunidades, perspectivas e autonomia.

Ainda, deve-se considerar que outros estudantes infelizmente, são diagnosticados tardiamente com TEA, e que de qualquer forma seus direitos devem ser garantidos.

Atividades que envolvem a ludicidade, como jogos e brincadeiras, ajudam a estimular a coordenação motora e auxiliar na interação social, com os demais colegas, fazendo com que o estudante com TEA se sinta pertencente ao ambiente.

Assim, cabe à escola prestar apoio educacional e informativo às famílias, o que influencia de forma direta sobre o desenvolvimento desse estudante em especial (DESSEN e POLONIA, 2007).

Para Vygotsky (2013), a interação realizada entre as pessoas junto umas das outras apresentam função central no processo de internalização e desenvolvimento. Por esse motivo, o conceito de aprendizagem mediada confere um papel privilegiado à troca entre as pessoas e as crianças, especialmente considerando o contexto escolar entre estudantes e professores.

2.3. Inclusão ou exclusão?

O ensino e a aprendizagem fazem parte de todas as culturas existentes e é fundamental para a convivência na sociedade. Após ser criada a Escola Nova, houve uma universalização do ensino ocorrendo um aumento das reclamações quanto aos estudantes que apresentam dificuldades e/ou distúrbios de aprendizagem, pois, muitas vezes estes participam de salas de aula de ensino regular sem que haja alguma instrução apenas para dizer que houve a inclusão desse estudante (MANO e MARCHELLO, 2015).

Pensando na inclusão, a responsabilidade das Políticas Públicas ao longo do processo ainda está sendo insuficiente principalmente nas escolas públicas brasileiras. As intervenções têm sido significativas quanto à execução das leis e o acompanhamento das unidades escolares, porém, anda faltando acompanhamento por parte das coordenadorias específicas de cada rede para que os problemas ainda enfrentados diminuam ou se extinguem de uma vez.

Falta de recursos, professores especializados, Atendimento Educacional Especializado, formação de professores, entre outras questões têm sido alguns dos problemas enfrentados pelas escolas.

Segundo Crochik (2007), a superlotação das salas, a falta de discussão prévia a respeito da distribuição dos estudantes nas turmas de ensino regular, as críticas com relação à formação dos profissionais da educação, enfim, diversos são os fatores desfavoráveis ao processo de inclusão.

Outro problema que deve ser considerado é a família, já que muitos permanecem à parte, não aceitando que o filho possui dada deficiência. Já, os profissionais do AEE são vistos como aqueles que devem se ocupar dos estudantes com deficiência, auxiliando-os e tentando minimizar os conflitos criados por sua presença na sala de aula, mas, que não mudam a dinâmica do fazer pedagógico.

Muitas vezes também o professor erra em distanciar o fazer pedagógico com o restante das relações que ocorrem em sala de aula, reforçando a concepção de que a inclusão é o produto final e não o processo. Essa situação é reforçada quando este separa o seu fazer do fazer coletivo, da inclusão como se fosse apenas uma obrigação sua e circunscrita aos limites pedagógicos, imposta geral-

mente por questões externas.

Ou seja, os processos excludentes não são enfrentados e a inclusão acaba limitada à sala de aula, que fica fadada ao fracasso não só a respeito dos estudantes com deficiência, mas outras situações que podem ocorrer, com os demais estudantes como, por exemplo, questões envolvendo raça, religião, posição social, gênero sexual, entre outros (DINIZ, 2007).

Infelizmente, ainda é possível ver muito preconceito arrigado nas escolas, incluindo por parte daqueles estudantes considerados "normais". Entender as diferenças como uma característica humana geral, as lutas pela participação social de todos e não apenas de alguns, no caso a inclusão, e as denúncias de situações de discriminação e preconceito acabam perdendo a força. Em contrapartida, devemos destacar que historicamente, qualquer tipo de preconceito, independentemente se o estudante tem deficiência ou não, acaba gerando bullying.

Por isso, o professor nesse contexto deve fazer com que todos repensem suas atitudes incentivando o processo de inclusão e discutindo com a turma, apontando que apesar das diferenças, todos são iguais e devem ser tratados com o devido respeito e compreensão (MENDES, 2006).

Para Vygotsky (1991), as relações sociais mediam as relações entre os indivíduos com o mundo por meio de símbolos e linguagem, definindo mecanismos psicológicos e formas de ser e estar no mundo, numa espécie de simbiose no qual a sociedade pretende transformar seu meio e a si mesmo.

Sob a luz desta perspectiva, esse momento pode inclusive ir na contramão de propostas com estudantes com TEA, uma vez que são atípicas as interações, apresentando comprometimento nas habilidades socioemocionais, atenção compartilhada e linguagem, e pelo fato de determinados indivíduos demonstrarem tal inabilidade quanto às interações e vivências, torna-se uma Situação Social de Desenvolvimento (SSD).

Ao se pensar no processo de ensino e aprendizagem de crianças que são diagnosticadas com TEA, a abordagem sociointeracionista, é de extrema relevância, já que compromete as potencialidades e singularidades que podem ser exploradas por meio de trocas mútuas, a partir de interações e mediação.

Como já é bem propagado entre os professores, Vygotsky (1991), ao estudar o desenvolvimento humano, compreende-se dois níveis de desenvolvimento: o real e o potencial. No primeiro, o estudante realiza com certa autonomia, sem a mediação e interferência de um adulto as suas diversas tarefas, sendo uma etapa já concluída em seu desenvolvimento, tendo funções psicológicas já aprendidas e consolidadas.

Ainda, se por meio das interações propostas neste ambiente elas avançam no desenvolvimento e aprendizagem, como ação afirmativa, a fim de colaborar na consolidação crescente de uma Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, corroborando para o atendimento e compreensão das singularidades e especificidades da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes com TEA.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos artigos, dissertações, monografias, trechos de livros, sites e da legislação pertinente, a fim de gerar reflexões a respeito do tema e contribuir para uma melhor compreensão do processo de aprendizagem das crianças autistas foi possível chegar a algumas conclusões.

Os resultados indicaram que a Educação Especial e o AEE, tiveram avanços principalmente voltados para a questão das Políticas Públicas, com relação à criança com TEA, em especial.

De forma geral, a atenção voltada para a inclusão tem sido significativa de um modo geral com relação às leis. Porém, é necessário, um maior acompanhamento das Secretarias e das Diretorias Regionais de Educação para que os problemas citados não continuem acontecendo, disponibilizando também o AEE, além de outras questões como mobiliários, materiais, acessibilidade, entre outros fatores.

O estudante com TEA, a matrícula em classe regular mostra-se por vezes desafiadora, exigindo conhecimento aprofundado e intervenções adequadas. Diferentes pesquisas indicam práticas cientificamente comprovadas como é o caso das Práticas Baseadas em Evidências (PBE).

Uma das dificuldades enfrentadas pelos professores é que a criança autista tem uma dificuldade enorme ao que se refere à expressão, princípio muito utilizado para desenvolver habilidades junto às crianças com deficiência.

O processo de inclusão das crianças com TEA deve atender a participação e a oportunidade de aprendizagem dos estudantes. A escola deve ter compromisso com o seu desenvolvimento e a preocupação com a inclusão, materiais e

metodologias de ensino que possam significar uma aprendizagem individualizada, levando-se em consideração as necessidades especificidades desses estudantes. Ou seja, um trabalho diferenciado faz toda a diferença na vida desses estudantes.

O professor também deve estar preparado para esse trabalho, sabendo que este é um processo contínuo e demorado, que demanda paciência. Atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, ajudam a estimular a coordenação motora e auxiliam ainda na interação social, com outros colegas da mesma classe para se sentir acolhida no ambiente que frequenta.

O papel docente nessa perspectiva é tornar possível a socialização em sala de aula adequando metodologias para atender as suas necessidades. Muitas vezes, a criança com TEA fica à margem do conhecimento não participando das atividades em grupo, exigindo do professor muita sensibilidade a fim de incluí-lo no convívio com o meio, visto que é através da socialização que se constitui o desenvolvimento e a aprendizagem.

Para isso, o professor deve ser capaz de observar as dificuldades existentes e investigar o nível de desenvolvimento dessas crianças em especial para que ele saiba quais aspectos devem ser trabalhados com a criança.

Porém, um grande problema observado nas escolas, é que a formação de professores não oferece base sólida nos aspectos teóricos e práticos, de modo que poucos professores possuem formação básica centrada nos aspectos inclusivos ou específicos para o TEA, implicando na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensinar a criança com TEA, o que reflete nas dificuldades observadas a partir da Educação Infantil, e compreendendo toda a Educação Básica.

Assim, as pesquisas neste campo contribuem para auxiliar e dar subsídios aos professores na aplicação de metodologias diferenciadas durante as aulas. Por outro lado, os governantes e as redes precisam ofertar formação específica e continuada para os profissionais a fim de atender às suas necessidades.

Por fim, no Brasil, em virtude da precária formação docente e das próprias políticas educacionais, esse fenômeno torna-se mais crítico do que quando comparado a outros países. Assim, novos desafios são trazidos à tona tanto com relação à inclusão quanto às práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

AMY, M.D. Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. Disponível em: Acesso em: 08 mai. 2023.

CID-10. Organização Mundial de Saúde. Classificação de doenças em português. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

CONSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto alegre, Artmed, 2011.

CRUZ, T. Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, 2007.

HATTGE, M.D.; KLAUS, V. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos. Revista Educação. Especial | v. 27 | n. 49 | p. 327-340| maio/ago. 2014 Santa Maria. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641. Acesso em: 07 mai. 2023.

KANNER, L. Autistic Disturbances of Affective Contact. Nervous Child, 1943, n. 2, p. 217-250.

KOHANE, I., S.; MCMURRY, A.; WEBER, G. The Co-Morbidity Burden of Children and Young Adults with ASD. PlosOne 7: e33224, 2012.

LEVENSON, D. Autism in siblings often caused by different faulty genes, study says. Am J Med Genet A. 2015;167 (5): 5-14.

MATOS, S.N.; MENDES, E.G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, jan./jun., 2014.

MAZZOTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, F. F.; CRUZ, M. M.; BRAUN, P. Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na SciELO Brasil (2005-2015). Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 25, n. 125, 2016.

ORRÚ, E.S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

VOLKMAR, F.R.; McPARTLAND, J.C. From Kanner to DSM-5: autism as an evolving diagnostic concept. Annu Rev Clin Psychol. 2014; 10:193-212.